

A. I. N ° - 298920.0008/02-1
AUTUADO - W R MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA.
AUTUANTE - HAROLDO ANSELMO DA SILVA
ORIGEM - INFAZ PAULO AFONSO
INTERNET - 09/10/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0337-03/02

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. **a)** ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. MERCADORIAS AINDA EXISTENTES FISICAMENTE EM ESTOQUE. Nessa situação, deve-se exigir o tributo do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-se-lhe a condição de responsável solidário. **b)** ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. MERCADORIAS NÃO MAIS EXISTENTES NO ESTOQUE. Como o valor das entradas omitidas é superior ao das saídas, está sendo exigido o imposto tomando-se por base o valor das entradas não declaradas, com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 17/06/02, exige ICMS no valor de R\$ 1.802,12, imputando ao autuado as seguintes infrações:

1 – “Falta de recolhimento do imposto pela constatação da existência de mercadoria em estoque desacompanhada da respectiva documentação fiscal, atribuindo-se ao seu detentor a condição de responsável solidário, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias, com valores apurados mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício aberto”;

2 - “Falta de recolhimento do imposto pela presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, anteriormente efetuadas, sem a emissão de documentos fiscais e conseqüentemente sem a respectiva escrituração, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias em valor superior ao das saídas efetivas omitidas, caracterizando a existência de saídas não contabilizadas empregadas no pagamento das citadas entradas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoque por espécie de mercadorias em exercício aberto, levando-se em conta para o cálculo do imposto o valor das entradas”.

O autuado apresenta impugnação, à fl. 98, alegando que procedeu a escrituração do seu Livro Registro de Inventário, de acordo com orientação do auditor que realizou a última fiscalização na empresa. Afirma ter o mesmo dito que não seria necessário discriminar as mercadorias por cor ou marca, mas apenas por nomenclatura formal. Aduz que conferindo o demonstrativo do autuante com a respectiva documentação, constatou que ocorreram omissões de saídas de apenas duas mercadorias: macaco hidráulico Ferrari 2ton = 02 unidades e ventilador oscilante parede 50cm Arge preto = 01 unidade. Ao final, apresenta demonstrativo à fl. 99 e pede a procedência parcial do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal (fl. 121), mantém a autuação dizendo que o trabalho foi realizado de acordo com as disposições do Regulamento do ICMS. Afirma que o contribuinte agrega mercadorias usando expressões do tipo: diversos, outras, etc.

VOTO

O presente processo trata de levantamento quantitativo em exercício aberto, onde o autuado discorda dos números apresentados pelo autuante sob alegação de que procedeu a escrituração do seu Livro Registro de Inventário, de acordo com orientação do auditor que realizou a última fiscalização na empresa. Apresenta, dessa forma, demonstrativo, à fl. 99, com os valores que julga serem os corretos para o levantamento efetuado.

No entanto, da análise dos elementos que compõem o PAF, constato que razão não assiste ao autuado. Não existe nenhuma prova nos autos de que o sujeito passivo tenha sido orientado por outro preposto fiscal a efetuar a escrituração do seu livro RI, conforme afirma em sua peça defensiva. Ademais, entendo que o demonstrativo à fl. 99, apresentado pelo autuado, não tem valor como peça contraditória, já que o impugnante não acosta aos autos nenhum documento que possa embasar suas alegações de que houve incorreções no levantamento efetuado pelo autuante.

Pelo que dispõe o artigo 142, do RPAF/99, a recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária.

Por outro lado, o autuante para sustentar a ação fiscal, anexou aos autos, os levantamentos quantitativos das entradas e saídas, do preço médio e do demonstrativo de estoque, onde ficaram evidenciadas as omissões detectadas, sendo que a nomenclatura das mercadorias utilizadas nos demonstrativos foi a constante do próprio livro de Inventário do autuado.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 298920.0008/02-1, lavrado contra **W R MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o

pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.802,12**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de setembro de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA